

VISIBILIDADE FEMININA PELAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO DE DESCONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES

FEMALE VISIBILITY FROM THE PERSPECTIVES OF GENDER AND CURRICULUM AS AN INSTRUMENT FOR DECONSTRUCTING INEQUALITIES

LA VISIBILIDAD FEMENINA DESDE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO Y EL CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO PARA LA DECONSTRUCCIÓN DE LAS DESIGUALDADES

Thaís Cortes Sagrilo¹
Letícia Ramalho Brittes²

RESUMO

As mulheres foram historicamente invisibilizadas em todos os setores da sociedade, tendo sido trancadas nos seus lares e tolhidas de participar dos espaços públicos. Mesmo no privado, em suas casas, naquele único lugar que foi oferecido a elas, eram e continuam sendo invisíveis. Discursos em diferentes setores sociais reafirmam e visam manter o poder dos homens sobre as mulheres, objetivando a manutenção da invisibilidade e a submissão feminina. A escola é um local onde as diversidades transitam, e dependendo de como essas instituições constroem seu currículo ele pode servir como uma ferramenta de manutenção e reprodução do poder hegemônico. Nessa pesquisa iremos refletir sobre discursos que envolvem a temática gênero ancoradas nas perspectivas científicas estabelecidas pela historiadora Joan Scott, bem como pensar os currículos para que sirvam como um instrumento de desconstrução das desigualdades. Esta é uma pesquisa qualitativa de estudo bibliográfico que tem por objetivo visibilizar o feminino nas suas diferentes perspectivas. Para tanto, ao longo dessa escrita, iremos apresentar como o tema gênero entrou na ciência; examinar as perspectivas que envolvem esse conceito, bem como o currículo escolar. Constatamos que visibilizar o feminino passa por desnaturalizar o que é dado como biológico, e no uso dos conhecimentos científicos sobre interações das perspectivas de gênero para romper com as relações de poder entre os gêneros. Além disso, identificamos que abordar o currículo como um instrumento de desconstrução de desigualdades de gênero é uma forma de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: visibilidade feminina; ciência; perspectivas de gênero; currículo.

ABSTRACT

Women have historically been made invisible in all fields of society, they have been locked in their homes and prevented from participating in public spaces. Even in private, in their homes, in that only place that was offered to them, they were and continue to be invisible. Discourses in different social fields reaffirm and aiming to maintain men's power over women, reinforcing invisibility and female submission. The school is a place where diversities transit, and depending on how these institutions build their curriculum, it may serve as a tool for maintaining and reproducing hegemonic power. In this research we will reflect on discourses involving the theme of gender anchored in the scientific perspectives established by historian Joan Scott, as well as thinking about curriculum so that they serve as an instrument for deconstructing inequalities. This is a qualitative research with bibliographical study with the objective of visualizing the feminine in its different perspectives. Therefore, throughout this writing we will present how the topic of gender entered science; examine the perspectives surrounding this concept; and the curriculum. We found that making the feminine visible involves denaturalizing what is considered biological, and using scientific knowledge about the interrelationships of gender perspectives to break power relations between genders. Furthermore, we identified that approaching the curriculum as an instrument for deconstructing gender inequalities is a form of resistance.

KEYWORDS: female visibility; science; gender perspectives; curriculum.

RESUMEN

Las mujeres han sido históricamente invisibilizadas en todos los sectores de la sociedad, habiendo estado encerradas en sus hogares y privadas de participar de los espacios públicos. Incluso en la intimidad, en sus casas,

¹ Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Brasil. Orcid: 0009-0002-1867-919X.

² Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Brasil. Orcid: 0000-0002-0279-2713.

en aquél único lugar que se les ofreció, fueron y siguen siendo invisibles. Los discursos en diferentes sectores sociales reafirman y buscan a mantener el poder de los hombres sobre las mujeres, intentando mantener la invisibilidad y la sumisión femenina. La escuela es un local por donde transitan las diversidades y, dependiendo de cómo estas instituciones construyan su currículum, puede servir como herramienta para mantener y reproducir el poder hegemónico. En esta investigación, iremos reflexionar sobre los discursos que involucran la temática de género anclados en las perspectivas científicas establecidas por la historiadora Joan Scott, y también pensaremos los currículos para que sirvan como instrumento de deconstrucción de las desigualdades. Este es un estudio bibliográfico cualitativo que tiene como objetivo visibilizar el femenino en sus diferentes perspectivas. Para eso, a lo largo de este escrito, iremos presentar cómo el tema de género ingresó en la ciencia; Examinar las perspectivas que rodean este concepto, así como el currículum escolar. Descubrimos que hacer visible lo femenino implica desnaturalizar lo que es dado como biológico y utilizar el conocimiento científico sobre las interrelaciones de las perspectivas de género para romper las relaciones de poder entre los géneros. Además, identificamos que abordar el currículum como un instrumento para deconstruir las desigualdades de género es una forma de resistencia..

PALABRAS CLAVE: visibilidad femenina; ciencia; perspectivas de género; plan de estudios.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As mulheres foram historicamente invisibilizadas em todos os setores da sociedade, tendo sido trancadas nos seus lares e tolhidas de participar dos espaços públicos. Mesmo no privado, em suas casas, naquele único lugar que foi oferecido a elas, eram e continuam sendo invisíveis. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2023 escolheu como tema de redação: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, fazendo com os olhos de todo um país se voltassem às mulheres. Assunto de tamanha importância e urgência que deve continuar sendo problematizado, já que ainda há muito a ser falado a respeito e, principalmente, transformado.

O mundo como está posto, nessa lógica patriarcal, é desigual e pesa nos ombros femininos. Diariamente nos deparamos com discursos em diferentes setores sociais que reafirmam e que visam manter o poder dos homens sobre as mulheres, que objetivam a manutenção da invisibilidade e a submissão feminina. Desconstruir esses discursos que estão enraizados na sociedade é difícil, mas temos a ciência como uma aliada para romper com essas correntes. Colling e Azevedo ponderam que:

Combater estes discursos que transformaram-se em práticas discursivas e não discursivas é um trabalho árduo que exige a atenção de todas as instituições. família, escola, mídia, igreja e outras devem reconhecer o trabalho “eficiente” que foi efetivado durante séculos para subordinar e excluir as mulheres, e proporcionar a sua desconstrução. Abrir os discursos, mostrar como e quando foram arquitetados, desconstruí-los, é uma tarefa árdua, difícil e necessária (Colling; Azevedo, 2019, p. 86).

Cientes de que a escola é um local onde as diversidades transitam, e dependendo de como essas instituições constroem seu currículo ele pode servir como uma ferramenta de

manutenção e reprodução do poder hegemônico. Nessa pesquisa iremos refletir sobre discursos que envolvem a temática gênero ancoradas nas perspectivas estabelecidas pela historiadora Joan Scott, bem como pensar os currículos para que sirvam como um instrumento de desconstrução das desigualdades. Nosso objetivo é visibilizar o feminino nas suas diferentes perspectivas. Para tanto, ao longo desse trajeto iremos apresentar como o tema gênero entrou na ciência; examinar as perspectivas que envolvem esse conceito; e o currículo. Sendo assim, esta é uma pesquisa qualitativa de estudo bibliográfico, escrita por mulheres e que utiliza um referencial científico na sua quase totalidade feminino, com a finalidade de dar voz a quem não foi ouvida, dar destaque para a quem foi subjugada a uma posição hierarquicamente inferior, evidenciar o trabalho socialmente desvalorizado, destacar as diferenças e problematizar para que seja transformado.

GÊNERO NA CIÊNCIA

Nos anos 1960, um movimento de ativistas feministas constata o apagamento feminino na história e passa a reivindicar “uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e a inspiração para a ação” (Scott, 1992, p. 64). Essa inquietação em busca de visibilizar as mulheres foi transbordando da política, chegando aos espaços acadêmicos na década de 1970. Para Guacira Lopes Louro:

[...] tornar visível aquele que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (Louro, 1997, p. 17).

Foi nesta época que “as universidades começaram a receber mulheres, inicialmente como alunas e depois em seus quadros profissionais, e novas pesquisas envolvendo essas novas questões e novos sujeitos, portanto, era um caminho natural” (Colling; Tedeschi, 2015, p. 297). Se antes a história era escrita por historiadores homens, abordando os feitos de outros homens, é, portanto, através de pesquisas de historiadoras que o feminino passa a ser visto como sujeito ativo da história, e não apenas como representações relegadas a um subgrupo aos olhos dos historiadores homens. As mulheres começam a ser visíveis na história quando outras mulheres voltam seus olhos para essa categoria de análise.

A história das mulheres trouxe problematizações quanto ao uso da palavra “homem” ser utilizado para abarcar toda a humanidade e suas ações serem consideradas como normal

(Scott, 1992, p. 78). Por muito tempo foi naturalizado que livros, textos e documentos trouxessem a palavra “homem” representando toda a humanidade, o que além de invisibilizar as mulheres, encobre as relações de domínio entre aqueles que possuem espaço (homem), e o não-lugar daquelas de quem não são citadas (mulheres). Sendo assim, a busca é desnaturalizar o que ilusoriamente recebeu o *status* de natural.

Percebemos que ao falar de mulheres nós, indissociavelmente, falamos de homens, por isso a escolha pelo termo “gênero” já que ele abarca ambos os grupos. Joan apresenta dois conceitos para pensarmos no tema: diferença e desconstrução. A autora pondera que não podemos analisar as oposições binárias sem exames prévios, para que não venhamos a cair na errônea ideia de relação hierarquia entre os conceitos. Devemos, portanto, desconstruir esses conceitos a fim de analisar como os significados dessas palavras funcionam. Segundo Scott,

O método consiste em duas etapas relacionadas: a reversão e, em seguida, o deslocamento das oposições binárias. Esse duplo processo revela a interdependência de termos que aparentemente formam dicotomias e seus significados, que são relativos e dependem de uma história particular. O processo demonstra que eles não são naturais, mas, pelo contrário, oposições construídas para fins particulares dentro de contextos particulares (Scott, 1994, p. 3, tradução nossa).

Dessa forma, por meio da desconstrução iremos historicizar o gênero, em que a estruturação da oposição pode ser vista. Ao desconstruirmos percebemos que a ideia de masculino e feminino, em que o primeiro elemento é tido como o padrão, prioritário e dominador do outro polo (feminino), não é uma definição natural, mas sim discursos de superioridade criados deliberadamente a fim de manter relações de poder. Diferença não é o oposto de igualdade, o contrário de “diferença” é “identidade”, bem como o de “igualdade” é “desigualdade”. Segundo Colling:

[...] a diferença não é contrária a igualdade, mas a identidade. A igualdade das pessoas significa a igualdade de seus direitos civis e políticos, e não o fato de que essas pessoas sejam idênticas umas às outras por sua natureza ou por sua condição. Não é nas diferenças que reside o problema, mas no modo como elas são hierarquizadas. Frutos de uma hierarquia, as mulheres aparecem como inferiores aos homens (Colling, 2004, p. 40)

Sendo assim, neste estudo reafirmamos a ideia de que mulheres e homens são diferentes, acreditando que para uma análise que busque uma mudança social é necessário reconhecer as diferenças. Joan Scott sintetiza, “a noção política de igualdade, portanto, inclui um reconhecimento da existência da diferença; além disso, depende de tal reconhecimento. [...] se os indivíduos ou grupo tivessem sido idênticos ou iguais, não haveria necessidade de

pedir igualdade [...]” (Scott, 1994, p. 6, tradução nossa). Ainda, a autora finaliza o seu artigo afirmando: “o poder é construído no terreno da diferença e é lá, portanto, onde deve ser combatido” (Scott, 1994, p. 8, tradução nossa).

Compreendemos, então, que utilizar a expressão “gênero” está relacionado a interdependência naturalmente não hierárquica entre os termos “mulheres” e “homens”; entendemos também que embora não haja uma oposição entre os eles, mulheres e homens são diferentes; por fim, a busca final é por uma igualdade política e social, respeitando a diversidade dos sujeitos.

PERSPECTIVAS DE GÊNERO

Entendendo essas interlocuções, cabe agora conceituar o vocábulo “gênero”. Joan Scott em sua publicação que é um marco para os estudos de gênero, intitulada *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, define gênero em duas partes interrelacionadas. As duas proposições são: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Desta forma, gênero é uma construção social, e não algo natural. Utiliza-se da divisão socialmente construída dos gêneros para validar a dominação de um grupo sobre o outro. Importante atentar ao fato de que, embora gênero não seja a única forma de dar significado às relações de poder, a autora mostra a importância dessa categoria de análise ao afirmar que ela compõe o conjunto de outras formas primárias de relações de poder.

Ana Maria Colling conceitua: “a ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela História, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade” (Colling, 2004, p. 39). Para que um grupo detenha e mantenha o poder é necessário a elaboração e o reforço de discursos que validem a relação de dominação de um grupo sobre o outro, fazendo com que os sujeitos acreditem que essa divisão hierarquizada seja natural e imutável. Esses discursos objetivam afastar movimentos de mudança dessa lógica construída.

O esforço, portanto, é tirar o gênero do biológico e trazer para o seu lugar: o campo social, com sua historicidade, suas representações e organizações. Elisabeth Souza-Lobo aborda a pertinência teórica dos estudos de gênero, ponderando que:

É nesse espaço que se coloca a problemática do gênero como relação social que atravessa a história e o tecido social, as instituições e as mentalidades, objeto interdisciplinar por excelência, ao mesmo tempo do domínio das teorias sobre a família, mercado de trabalho, processo de trabalho, cidadania, partido político e movimentos sociais, tanto quanto da subjetividade. Filha bastarda, ilegítima desse processo de perturbações que atingiu as ciências humanas, muito contra a vontade de alguns, a problemática das relações de gênero se constrói entre o gueto e a invisibilidade (Souza-Lobo, 2021, p. 194).

Com isso, além dessas duas proposições apresentadas por Joan Scott para gênero, a autora afirma que ele “implica em quatro elementos interrelacionados” (Scott, 1995, p.86). São eles: símbolos; conceitos normativos; concepção política, instituições e organização social; e identidade subjetiva. Importante destacar que há relação entre esses elementos, e “nenhum dentre eles pode operar sem os outros” (Scott, 1995, p. 88).

Quanto aos **símbolos**, a autora nos recorda de Adão e Eva. Usando esse exemplo para refletirmos sobre os símbolos, lembremos que na passagem que consta no primeiro livro que compõe a Bíblia, o autor apresenta uma mulher (Eva) que nasce de uma parte do homem (Adão), simbolizando a submissão que as mulheres devem ter aos homens. Além disso, a mulher é a culpada pela expulsão do paraíso, por ter comido o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal (não cabe a nós mulheres o conhecimento), ainda carrega a imagem de ter sido uma influência negativa ao homem (incentivando-o a também comer o fruto). De acordo com Carlos Norberto Berger em *Dicionário Crítico de Gênero*:

[...] é pressuposto que não são os mitos que produzem as sociedades, mas cada sociedade procura se reproduzir criando e recriando mitos. Considerando que a narrativa bíblica do pecado original se deu num contexto patriarcal e que em Israel a moral era pautada por princípios religiosos, o pecado passa a ser qualquer violação (quebra da aliança) dos princípios morais que regem a sociedade (Berger *apud* Colling; Tedeschi, 2019, p. 583).

O discurso judaico-cristão foi fundamental para assegurar a simbologia de uma inferioridade feminina. Esse mesmo discurso apresenta Deus como pai (figura masculina), mais uma simbologia que atua na produção de uma superioridade do masculino. Para Colling, “o mito da criação inaugura os espaços público e privado, a sujeição inerente ao seu próprio ser e o matrimônio e maternidade como as únicas vocações femininas” (Colling, 2004, p. 34).

Uma simbologia bastante presente na nossa sociedade é o uso das cores para caracterizar gênero. Antes mesmo de nascer, as crianças já são separadas pelo rosa e azul nos “chás-revelação”. As cores rosa e azul são para a nossa sociedade um símbolo de feminino e masculino, e isso está tão enraizado que no ano de 2019, a então ministra da Mulher, Família

e Direitos Humanos, Damares Alves, disse a seguinte frase: "É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa"³. Entretanto, essa é mais uma prova do gênero enquanto construção social, e da mutabilidade das simbologias que os qualificam. Nem sempre o rosa foi “coisa de menina”, e o azul “coisa de menino”, na verdade, era o inverso. Antes do século XX, o vermelho era símbolo de poder, força e liderança, “por consequência dessa simbologia associada ao vermelho, o rosa - um vermelho mais claro - foi utilizado para caracterizar sujeitos infantis masculinos” (Balisei, 2020, p. 227). Já a azul era “símbolo do céu, de delicadeza, santidade e feminilidade, o azul envolve a imagem da Virgem” (Balisei, 2020, p. 229). Utilizando o recurso de análise imagética, a pintura *The Virgin of Humility* de Fra Angelico⁴ datada do século XV, apresenta Maria envolta em um manto azul enquanto segura no seu colo Jesus criança com um vestido rosa. Destaca-se, ainda, o título da obra que apresenta duas qualidades de Maria, “virgem e humilde”. Esses exemplos reafirmam a presença de símbolos relacionados a gênero, enquanto demonstram que eles vão se transformando ao longo do tempo. Ou seja, é mais uma afirmação do gênero enquanto construção social, que por não ser inato, os símbolos ligados a ele são mutáveis.

O segundo elemento que a autora utiliza são os **conceitos normativos**, eles “expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas” (Scott, 1995, p. 86). As afirmações sobre o que é ser mulher e o que é ser homem, ao contrário do que essas doutrinas almejam transmitir, não é inata. Além disso, esses conceitos normativos sempre foram questionados ao longo da história, se assim não o fosse, não haveria necessidade de tanto esforço dessas doutrinas para manutenção desses estereótipos. Sendo assim, esses argumentos não são um consenso social.

Discursos de uma suposta inferioridade feminina aparecem em diversos setores da sociedade. Ana Maria Colling atenta ao discurso médico ter sido usado para justificar o papel conferido às mulheres: “Medicina e Psiquiatria unem-se nos preceitos ao feminino. O útero dá identidade à mulher, é a sede dos males e toma conta do intelecto feminino. Cria-se a histerização do corpo feminino, e novamente aparece a maternidade como única saída” (Colling, 2004, p. 34). Essas argumentações embasadas por discursos médicos, serviu para

³ G1. **Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> . Acesso em: 30 jan. 2024

⁴ MUSEOTHYSSSEN. **The Virgin of Humility**. Disponível em: <https://www.museothyssen.org/en/collection/artists/angelico-fra-fra-giovanni-da-fiesole/virgin-humility> . Acesso em: 30 jan. 2024.

reduzir as mulheres aos ambientes privados e aos papéis de filha, mãe, esposa e dona de casa. A vida pública seria apropriada aos homens, afinal eles seriam intelectualmente superiores e não contariam em seus corpos com o vilão “útero”. Ainda, a historiadora aborda o discurso psicanalítico, em que Freud define o sexo feminino como negativo, afirmando que “mulheres são homens castrados. Pela inveja da falta de pênis, o feminino não terá senso de justiça e sofrerá de um sentimento de inferioridade” (Colling, 2004, p. 34). O corpo feminino “foi e continua sendo alvo de poder. Historicamente foi desqualificado. Desde o discurso médico-filosófico dos antigos gregos, passando pela narrativa judaico-cristã, pelo discurso médico-psiquiátrico até chegar ao discurso psicanalítico [...]” (Colling; Azevedo, 2019, p. 75). Heleieth Saffioti na obra *Gênero Patriarcado Violência*, atenta a abordagem de Freud sobre o pênis como uma representação de poder, e completa dizendo que se o autor “foi o maior misógino da história da humanidade, e o foi, seus seguidores o imitaram/imitam, demonstrando fidelidade até nesse ponto” (Saffioti, 2015, p. 34).

Um exemplo de como normatizamos certos papéis de gênero é o uso do brinco como um símbolo do feminino. Se pensarmos nisso em sentido jurídico, buscando desconstruir a naturalização dessa norma, é no mínimo intrigante não haver nenhuma legislação impedindo mães e pais de furarem a orelha de suas filhas quando nascem. As meninas têm os seus corpos violados assim que chegam ao mundo, tudo em nome de um estereótipo de gênero. Isso é algo tão socialmente construído, que acharíamos um absurdo alguém furar o nariz de um bebê para colocar um piercing, porém normalizamos o brinco.

Voltando nossos olhos aos discursos religiosos, encontraremos muitas normas de como as mulheres e os homens devem se comportar. Podemos pensar nas mulheres muçulmanas, por exemplo, e o uso de *hijab*, *chador*, *niqab* ou *burka*, todas cobrindo de diferentes formas seus corpos, enquanto essas mesmas regras não incidem aos homens. No catolicismo apenas homens podem ser os líderes religiosos (como: padres, bispos, cardeais, Papa) restando às mulheres lugares de serviço, mas não de liderança, separação esta que é justificada por meio de interpretações bíblicas. Analisando esse assunto pela perspectiva das doutrinas religiosas fica evidente as diferenças atribuídas aos gêneros e o uso do divino para garantir que essas normas sejam seguidas.

A **concepção política, instituições e organização social** compõe o terceiro elemento das relações de gênero. A historiadora argumenta que este aspecto diz respeito à necessidade de analisarmos o uso do gênero em uma perspectiva ampla, que abarque o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. Conforme Joan: “o gênero é construído através do

parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco” (Scott, 1995, p. 87). Neste aspecto incluem questões como a divisão sexual do trabalho (tanto o doméstico não remunerado quanto as atividades assalariadas); as instituições pensadas por homens e pela perspectiva de um mundo androcêntrico; e os sistemas políticos que servem para a manutenção do poder de um grupo dominante.

Para falarmos de mercado de trabalho, iremos nos referenciar especialmente em três intelectuais que abordam a divisão sexual do trabalho: Heleieth Saffioti, Elisabeth Souza-Lobo e Silvia Federici. Falar em trabalho pela perspectiva de gênero é entender que a dominação e subordinação atravessam os tecidos sociais, estando vivas nas relações de trabalho. Precisamos nos atentar ao fato de que:

[...] a integração ao mercado de trabalho não eliminou a hierarquia de gênero. [...] A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero e dominação (Souza-Lobo, 2021, p. 176).

O sistema capitalista não foi sentido pelos sexos da mesma forma. Esse sistema expulsou as mulheres do sistema produtivo, criando barreiras de acesso. Importante ressaltar que as mulheres proletárias sempre tiveram que trabalhar, aquelas que ficaram restritas ao lar foram as mulheres filhas e esposas de homens da classe burguesa. Quanto mais alta a classe social a que pertenciam, mais marginalizadas do sistema produtivo, entretanto, o capital necessita de mão de obra barata, e é nesse movimento que aparece a participação feminina proletária. Saffioti pondera que as desvantagens econômicas sofridas por essas mulheres proletárias as colocam em uma situação em que o capitalismo em formação arranca dessas “mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que o masculino” (Saffioti, 1976, p. 21). Nesse cálculo em que se soma o trabalho intenso, extensão da jornada de trabalho e salários mais baixos, o resultado é a geração de maiores lucros para os donos das fábricas. Quanto mais barata a mão de obra, maior é a mais-valia.

Atualmente, mesmo passando a integrar os processos produtivos, as mulheres sofrem marginalização nas relações de trabalho. Segundo dados sobre a diferenciação da participação

por gênero no mercado de trabalho⁵ da PNAD Contínua do IBGE, entre os anos 2012 e 2022 no Brasil, em média, apenas 5 em cada 10 mulheres em idade de trabalhar estão empregadas ou procurando um emprego, enquanto 7 em cada 10 homens estão atuando no mercado. Ao analisar a diferença salarial de homens e mulheres que possuem os mesmos atributos produtivos e características socioprodutivas semelhantes, o resultado foi que os homens ganham 23,4% a mais que as mulheres. Por fim, os cargos de gerência do nosso país são ocupados por homens em 60% dos casos.

Embora o trabalho exercido pelas mulheres seja fundamental para a manutenção da sociedade, esse grupo recebe menores salários que os homens, ocupam menores posições de liderança, têm seus desempenhos questionados, são relegadas a trabalhos relacionados ao papel do cuidado (educação, saúde e serviços sociais⁶) e não são remuneradas pelo trabalho doméstico.

Silvia Federici em *O Ponto Zero da Revolução* problematiza sobre o trabalho doméstico não remunerado. A autora questiona a manipulação social que liga o trabalho doméstico ao feminino, e torna essa atividade como um atributo natural das mulheres.

Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida [...]. Tal como Deus criou Eva para dar prazer Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou (Federici, 2019, p. 44).

A sociedade vende a ideia de que o trabalho doméstico é da natureza feminina, que só seremos completas enquanto esposas e mães. Que o ápice da felicidade feminina é ter um homem para lhe proteger e prover, um lar para gerenciar e familiares para cuidar. Empacotam todas essas coisas em uma caixa “envelopada de amor”, enquanto escondem que o que há dentro é: exploração, trabalho invisível, desvalorizado e não remunerado. Silvia ressalta que:

[...] dizer que nós queremos salários para o trabalho doméstico é expor o fato de que o trabalho doméstico já é dinheiro para o capital, que o capital ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos. Ao mesmo tempo, isso mostra

⁵ FGV. **Diferenças de gênero no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/diferencas-genero-mercado-trabalho>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁶ SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; GALVANE, Fabia Alberton da Silva; MARIANO, Patrícia. Trabalho feminino, desigualdades de gênero e formas de subjetivação no setor de serviços no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 85-103, jul./dez. 2016.

que temos cozinhado, sorrindo e transado ao longo dos anos não porque realizar estas tarefas fosse mais fácil para nós do que para qualquer outra pessoa, mas porque não tínhamos outra opção (Federici, 2019, p. 48).

A autora apresenta uma importante reflexão sobre o sexo, afirmando que ele é trabalho, já que muitas mulheres são coagidas para transar para não “perder o emprego”. Para Silvia, “sexo é trabalho para nós, é um dever. O dever de agradar é tão construído em nossa sexualidade que aprendemos a ter prazer em dar prazer, em provocar os homens e excitá-los” (Federici, 2019, p. 56). O capitalismo tende a transformar tudo em produto, e nesse sentido, o corpo da mulher é um dos produtos mais valiosos. Além de todo o trabalho não remunerado exercido, são as mulheres que produzem o bem mais precioso do capital: o trabalhador.

Trazer ao mundo novos trabalhadores é mais um trabalho que as mulheres realizam, e como os anteriores, sem receber uma remuneração ou serem valorizadas por isso. Aqui entra mais uma vez o discurso do amor, enquanto “eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (Federici, 2019, p. 40). E para que a produção das mulheres seja garantida conforme o capital deseja, é necessário que a sociedade supervisione e controle a vida sexual dessa parcela da população. Nesse ponto entra os discursos sobre a importância do matrimônio, desfavoráveis aos métodos contraceptivos, adversários às relações LGBTQIAPN+, discursos esses que atravessam diferentes ambientes sociais, não se limitando apenas aos locais religiosos, invadindo o político e o social, contando com o ambiente familiar como o principal fiscal do controle sexual.

Importante uma ressalva no que se trata às pessoas com deficiência, ou que podem vir a gerar filhos com deficiência. Como esses indivíduos serão um “peso” para o capital, neste caso o esforço dos fiscais é para que não gerem filhos, já que “aos olhos do capital” eles não serão uma força de trabalho valorosa. Afinal, não basta produzir trabalhadores, eles devem ser fabricados de acordo com as especificações do mercado capitalista. Quanto aos LGBTQIAPN+, se essas relações não podem gerar mão de obra, então não irão servir ao capital, ou seja, melhor atacá-las, fomentando a homofobia e relacionando as pessoas da comunidade a uma imagem de promiscuidade e imoralidade.

Analisar pela perspectiva da concepção política, instituições e organização social, permite identificar que essas áreas se conectam, que os discursos convergem para um objetivo comum: manutenção das estruturas de poder. Vimos que para o capital é de fundamental importância a manutenção do “mercado conjugal” (termo utilizado por Silvia Federici) produzindo força de trabalho, juntamente ao exercício do trabalho não remunerado realizado

pelas mulheres. Entretanto, para que essa lógica se mantenha, é necessário que outros ambientes reforcem essas crenças. As doutrinas religiosas servem muito bem a esse fim, por meio do controle moral que exercem sobre seus seguidores, carregando afirmações avessas às famílias que não sigam um padrão heteronormativo⁷, bem como a política contribui ao legislar buscando garantir a manutenção desse sistema.

Esse tripé: capital, religião e política, se retroalimenta. Três estruturas controladas majoritariamente por homens (presidentes de empresas, pastores, padres, políticos) pensada para homens. De acordo com Silvia:

[...] a produção capitalista depende da produção de um tipo particular de trabalhador – e, portanto, de um tipo particular de família, sexualidade e procriação -, o que levou uma redefinição da esfera privada como uma esfera de relações de produção e como um terreno de luta anticapitalista. Nesse contexto é que as políticas que proíbem o aborto podem ser decodificadas como dispositivos para a regulamentação da oferta de mão de obra, e o colapso da taxa da natalidade e o aumento do número de divórcios podem ser lidos como instância de resistência à disciplina capitalista do trabalho. O pessoal tornou-se político, e houve um reconhecimento de que o capital e o Estado haviam subordinado nossa vida e a reprodução ao quarto (Federici, 2019, p. 204-205).

Toda vez que as mulheres buscam quebrar essa lógica do modelo capitalista e patriarcal⁸ de sociedade, é uma forma de resistência. Quando mulheres questionam e se movimentam no sentido oposto do que é dado como o “certo”, balançam as estruturas construídas por discursos fajutos de uma divisão baseada em características biológicas.

Ao investigar historicamente as legislações do país, fica evidente o quanto as mulheres foram relegadas a um subgrupo na política. Fazendo um comparativo temporal, os escravizados (depois de muitos anos de lutas e resistência), foram libertados legalmente no ano de 1888, entretanto, as mulheres só foram tornadas cidadãs com direito ao voto no ano de 1932. Segundo Souza-Lobo, “o sufrágio brasileiro é registrado como a primeira luta organizada das mulheres. [...] o movimento pelo voto questionou a predominância

⁷ A heterossexualidade como modelo é manter a linearidade entre sexo e gênero: as pessoas com genitália masculina devem se comportar como machos, másculos e as com genitália feminina devem ser femininas, delicadas. [...] Para organizar a sua vida conforme a heteronormatividade, os homossexuais devem fazer tudo que o que um heterossexual faz. Assim, o ritual do casamento e a adoção de crianças se transformam em um simulacro da sexualidade reprodutiva (NOGUEIRA, Gilmaria; COLLING, Leandro. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. p. 394. In: COLLING; TEDESCHI (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019).

⁸ A palavra patriarcado se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete ou outros membros da família ao seu poder (LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. p. 578. In: COLLING; TEDESCHI (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019).

exclusivamente masculina na esfera política, intelectual e profissional” (Souza-Lobo, 2021, p. 217). A desigualdade entre os gêneros fica ainda mais evidente se olharmos pela perspectiva de que os homens (especialmente os brancos e ricos) não precisaram lutar pelo direito do voto, a eles incide a naturalidade dos direitos.

Anteriormente falamos do controle social sobre os corpos femininos, e isso fica muito claro quando olhamos para a legislação do país e constatamos que, apenas no ano de 1962, as mulheres passaram a ter o direito à herança, e foram desobrigadas a pedir autorização do marido para que pudessem trabalhar (Estatuto da Mulher Casada, Lei 4.212/62). Só em 1977 tiveram o direito ao divórcio (Lei 6.515/77), e em um passado assustadoramente recente, apenas no ano de 2002, casar-se sem ser virgem deixa de ser crime e motivo de divórcio no Brasil (Lei 10.406/2002). Esses são alguns exemplos de como a legislação é lenta no que se trata atender as demandas femininas.

Mesmo com todas as barreiras, os movimentos de mulheres sempre estiveram ativos em busca de espaço. No ano de 1934 nasce a União Feminina Nacional, composta por comunistas integrantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), “colocada na clandestinidade em 1935, teve presas todas as suas dirigentes, algumas permanecendo mais de um ano na prisão” (Teles, 1999, p. 47). Entre as integrantes presas do grupo estava Olga Benário Prestes, na ocasião grávida de sua filha, Anita Leocádia Benário Prestes. A militante foi posteriormente deportada para a Alemanha, tendo sua filha na prisão (1936), tendo sido assassinada pela Gestapo em 1942.

A Federação das Mulheres do Brasil foi fundada em 1949, seus programas “centraram suas lutas nos bairros, para resolver os problemas locais; pela paz; contra a elevação do custo de vida; pelos direitos da mulher; pela defesa e proteção à família” (Souza-Lobo, 2021, p. 2019). Essa Federação foi fechada pelo golpe de 1964, no entanto, passados os anos mais sombrios da ditadura militar brasileira, os movimentos femininos retornaram, agora com pautas mais audaciosas: “violência sexual, contracepção, aborto, ao lado de reivindicações concernentes ao trabalho e à cidadania” (Souza-Lobo, 2021, p. 220). A autora acrescenta que:

[...] há uma tentativa de esvaziar o movimento de mulheres da problemática da qual só ele é portador: a dominação sexual característica de uma forma de sociedade de tipo patriarcal que se expressa na desigualdade política e social entre o primeiro e o segundo sexo e se articula com a exploração de classe (Souza-Lobo, 2021, p. 220).

A política tem como foco atender às demandas do primeiro sexo, criando diversos obstáculos para as pautas do segundo sexo (termo de Simone de Beauvoir), prova disso é o

aborto até hoje não ter sido legalizado no país, assunto tomado por discursos moralizadores. Em contrapartida, por dia, 470 crianças são registradas sem o nome do pai na certidão de nascimento⁹, de acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen). E o que a legislação tem feito para responsabilizar esses homens pelo abandono?

Outro dado é de que, segundo o Instituto Baresi, “cerca de 78% dos pais abandonaram as mães de crianças com deficiências e doenças raras, antes dos filhos completarem 5 anos de vida”.¹⁰ E onde estão as políticas públicas para atender essas crianças com deficiência abandonada pelos pais? Políticas que amparem as mães solas? Que puna os homens pelo não cumprimento dos seus deveres paternos? Essas leis não existem, porque não é de interesse da classe dominante (controlada por homens, cis, héteros, brancos e ricos) legislar “contra” a própria classe.

Com base nesses exemplos, em que a política fez ou deixou de fazer pelo feminino, percebemos que “o poder das mulheres não vem de cima, concedido por instituições globais como as Nações Unidas, mas que devem ser construídos de baixo para cima, pois apenas pela auto-organização as mulheres podem revolucionar a própria vida (Federici, 2019, p. 191).

Seguindo a análise pela perspectiva da concepção política, instituições e organização social, chegamos à educação. A escola não é apenas um lugar repleto de diferenças e desigualdades, mas ela contribui para a produção e manutenção dessa realidade. Para Louro,

[...] desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela estava entravam distinto dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola a que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (Louro, 1997, p. 57).

A escola é uma das instituições que serve para a manutenção da estrutura capitalista e patriarcal da sociedade, mas também pode ser um lugar de resistência. Resistir é questionar quem toma as decisões sobre a educação do país, quem tem o poder sobre a escola, a quem e a que projeto a escola serve, como o currículo é elaborado, o que consta e o que não consta no currículo, quais alunos a escola quer entregar para a sociedade, quais alunos são vistos e quais

⁹ CORREIO BRAZILIENSE. **Por dia, quase 500 crianças são registradas sem o nome do pai no Brasil.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/08/5116706-por-dia-quase-500-criancas-sao-registradas-sem-o-nome-do-pai-no-brasil.html> . Acesso em: 01 fev. 2024.

¹⁰ JORNAL USP. **Luta de mães de crianças autistas é marcada pela dor do abandono.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/luta-de-maes-de-criancas-autistas-e-marcada-pela-dor-do-abandono/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

são invisibilizados, e agir referente a isso. É necessário olhar para a escola criticamente, a fim de identificar o que a escola está produzindo e para quem. Guacira afirma:

A linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos (Louro, 1997, p. 84-85).

A escola é uma instituição atravessada por relações sociais, composta por sujeitos mergulhados na lógica da separação social por gênero, atores que performam os papéis socialmente aprendidos. Sendo assim, a escola irá transmitir e reforçar os estereótipos, inclusive sem que os agentes da educação percebam que o fazem, pois os professores que lá estão, um dia foram alunos desse mesmo sistema. Ao retornar, apenas reproduzem o que foi anteriormente aprendido, “isso significa que essas instituições e práticas não somente ‘fabricam’ os sujeitos como também são, elas próprias produzidas por representação de gênero [...]” (Louro, 1997, p. 88, grifo da autora).

Fazendo um recorte de gênero nos dados sobre educação no país, de acordo com diferentes pesquisas no site *Gênero e Número* vemos que: 88% das meninas no 5º ano da rede pública realizam tarefas domésticas¹¹ (o que impacta negativamente o desempenho escolar) e quando chegam a adolescência, o número de meninas fora da escola corresponde mais que o dobro do número de meninos, sendo a gravidez um dos principais motivos para a evasão escolar, junto da necessidade de cuidar da casa ou de irmãos mais novos¹².

Essa desigualdade que sempre esteve presente na trajetória educacional das meninas, também é uma realidade quando falamos da participação das mulheres na ciência. Em uma pesquisa que faz parte do projeto “Diversidade na Ciência Brasileira”, do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), com apoio do Instituto Serrapilheira, verificou-se que há:

[...] um mecanismo de filtragem para seleção de áreas do conhecimento. Estes indicadores podem atestar a presença ou não de “efeito tesoura”. Tal fenômeno consiste no corte de proporção do gênero feminino na medida em que a carreira

¹¹ GÊNERO E NÚMERO. **88% das meninas no 5º ano da rede pública realizam tarefas domésticas.** Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/meninas-trabalho-domestico/>. Acesso em: 02 fev. 2024

¹² GÊNERO E NÚMERO. **Meninas são mais do que dobro de meninos entre jovens fora da escola e sem atividade remunerada.** Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/meninas-sao-mais-do-que-o-dobro-dos-meninos-entre-jovens-que-nao-completaram-ensino-medio-e-nao-exercem-atividade-remunerada/#>. Acesso em: 02 fev. 2024

acadêmica progride, ou seja, na redução da presença de mulheres na passagem do mestrado ao doutorado, ou do doutorado à ocupação de cargo docente estável.¹³

Essa pesquisa ainda mostra que, embora as mulheres sejam maioria nos doutorados do país, existem mais homens professores nos espaços acadêmicos do que mulheres. Mesmo as mulheres tendo uma maior escolaridade, elas ainda encontram maior dificuldade de acesso à docência no ensino superior. Ainda na ciência, apenas 25% das pessoas na categoria mais alta do CNPq são mulheres.¹⁴ Nesta mesma pesquisa vemos que as acadêmicas estabelecem suas carreiras mais tarde e com maior dificuldade que os homens.

Temos ainda as mães solas, que são referência em 14,9% dos domicílios brasileiras. Ao nos determos nessas mulheres observamos que:

[...] mais da metade (54,3%) das mães solo tem, no máximo, ensino fundamental completo e menos de 14% tem ensino superior. A composição educacional entre as mães solo negras (pretas e pardas) é ainda mais grave, com uma maior concentração nos extratos de nível educacional mais baixo (58,7%) e uma minoria tendo ensino superior (8,9%).¹⁵

Nessa pesquisa do IBGE fica visível quanto o gênero, maternidade e etnia influenciam o nível educacional das mulheres. Sendo uma realidade ainda mais dura para aquelas que vivenciam tudo isso sem rede de apoio. Diante disso, fica clara a desigualdade de oportunidades no acesso e permanência feminina na educação.

Por fim, o quarto aspecto é a **identidade subjetiva**, no qual cabe observar como as identidades de gênero são construídas e reconstruídas, o modo como o significado de ser mulher ou de ser homem para a sociedade impacta nos sujeitos. Para Scott é preciso “examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organização e representações sociais historicamente específicas” (Scott, 1995, p. 88).

Ao dizermos que o gênero constitui a identidade dos sujeitos “é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o. [...] Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são também constituintes dos gêneros” (Louro, 1997, p. 25, grifo da autora). É perceber que as relações sociais são

¹³ GEMAA. **Dados de participação das mulheres na ciência.** Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/participacao-de-mulheres-na-ciencia/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

¹⁴ GÊNERO E NÚMERO. **“Teto de vidro” na ciência: apenas 25% na categoria mais alta do CNPq são mulheres.** Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao-apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

¹⁵ IBGE. **Mães solo no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 02 fev. 2024.

atravessadas pela generificação dos sujeitos, influenciando na constituição das suas identidades. Ainda, por meio de “diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se constituindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas e ser e estar no mundo” (Louro, 1997, p. 28). Ou seja, as identidades além de não serem inatas, não permanecem imutáveis ao longo da vida, pelo contrário, as identidades além de construídas são passíveis de transformação.

Os três aspectos pelos quais passamos até aqui, que abarcaram: os símbolos do feminino e masculino; os conceitos normativos presentes nos discursos das doutrinas religiosas, científicas, políticas, jurídicas e educativas; e a impacto do gênero no mercado de trabalho, na política e educação, irão resultar na construção da identidade subjetiva dos sujeitos.

Nossa identidade é construída pela sociedade, somos atores que performam papéis a que nos foram atribuídos quando nascemos. Se ao nascer apresentar a genitália feminina, desde seus primeiros dias da sua vida você será “treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. Se você não gosta, o problema é seu, o fracasso é seu, a culpa e a anormalidade são suas” (Federici, 2019, p. 44). Mulheres não nascem mais propensas aos afazeres domésticos e ao cuidado, nós aprendemos a ser assim. Lembrando de Simone de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (Beauvoir, p. 12, 2019).

Nos ensinam como sorrir, como caminhar, como se sentar, quando falar e principalmente, a calar. Separam os gêneros em diferentes espaços, com a justificativa de que ao feminino cabe o privado pela sua “natureza, emoção, amor, intuição”, e o masculino fica detentor do espaço público pela sua “cultura, política, razão, justiça, poder” (Colling, 2004, p. 38). Afirmam e alimentam esses discursos, como essas características fossem biológicas.

Cria-se, portanto, uma máscara de biológico para esconder o produto social. Nos dividem de acordo com as nossas genitálias, mas não só dessa forma. Importante se faz atender para os outros marcadores sociais (classe, nacionalidade, etnia, sexualidade, religião, aparência física, ser ou não uma pessoa com deficiência) que também nos dividem. Quando falamos em “mulheres”, usamos essa palavra no plural para demarcar que não somos um

grupo homogêneo, “a concepção fortemente polarizada dos gêneros esconde a pluralidade existente em cada um dos polos” (Louro, 1997, p. 48).

Pensamos nesses marcadores sociais como um espectro em teia. As diferenças não são lineares, onde em uma ponta está a mulher rica e na outra a mulher pobre. Outros fatores fazem com que as tonalidades do espectro se alterem. Guacira argumenta que:

De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade: são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político... Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem ‘camadas’ que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes ‘posições’. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas - perceber-se de distintos modos (Louro, 1997, p. 51).

Não podemos fechar a nossa análise na separação social entre os gêneros. Outras separações ocorrem dentro desse grupo. Assim como há uma relação de dominação de homens para mulheres, há relações de poder da classe burguesa para a proletária, dos brancos para com os não brancos, dos heterossexuais para com os homossexuais, das pessoas cisgêneros para com as transgêneros, das religiões cristãs para com as de matriz africana, dos que nascem em países do Norte para os que nascem no Sul do globo, por exemplo. Percebemos, portanto, que esses marcadores não são lineares como uma régua, nem são fixos, eles estão mais para um espectro em teia.

Uma análise de gênero precisa estar atenta as desigualdades entre os gêneros, bem como as relações de dominação dentro da própria categoria. Devemos por meio da pesquisa buscar formas de quebrar as correntes coletivas, não só aquelas que estão nos machucando.

CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO DE DESCONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A escola é um local onde as diversidades transitam, e dependendo de como essas instituições constroem seu currículo, ele pode servir como um instrumento de desconstrução das desigualdades, ou uma ferramenta de manutenção e reprodução do poder hegemônico. Buscamos, portanto, romper com os silenciamentos, pois acreditamos que:

No campo da educação, a problemática de gênero não se reduz mais às questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar, batalhas que já foram travadas e que

estão sendo superadas. A questão mais séria é que a história da desigualdade entre os gêneros, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros mediante relações de saber e poder, historicamente foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência da marcação sexual. Por outro lado, é lá na escola, que poderá ter início a construção da equidade de gênero e de relações sociais mais igualitárias (Colling, 2015, p. 37).

Na ciência não há neutralidade, nos posicionamos aqui como pesquisadoras que desejam romper com a lógica de uma sociedade patriarcal, machista, autoritária e desigual. Para isso, acreditamos no importante papel que a educação possui na construção de uma sociedade diversa e com equidade. Nesse sentido, reconhecemos o papel das práticas discursivas nas relações de poder, assim como as não discursivas. Conforme Colling:

As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo, no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e mantêm. As práticas não discursivas são também parte do discurso, à medida que identificam tipos e níveis de discurso, definindo regras que ele de algum modo atualiza. Podemos encarar arquitetura das escolas, seus portões, o pátio, a distribuição das cadeiras, as atividades do recreio, etc., como práticas não discursivas (Colling, 2015, p. 36).

Assim como as práticas discursivas (documentos, teorias, livros didáticos, provas, eventos, normas) exercem poder e demarcam os papéis de gênero, as práticas não discursivas também. Nem tudo é dito verbalmente, há muitos marcadores presentes na arquitetura das escolas, na organização dos espaços escolares, nas divisões estereotipadas por gênero. Exemplo disso é quando esperamos que meninas sejam mais comportadas e tenham cadernos mais caprichados; quando naturalizamos que os meninos sejam mais espaçosos; quando os banheiros sejam projetados de formas diferentes de acordo com o gênero; quando separamos futebol para meninos e dança para as meninas; ou quando oportunizamos atividades que envolvam força para os meninos e as de serviço para as meninas. Nos silêncios os marcadores de gênero também estão presentes.

Essas divisões de gênero presentes no currículo, seja de forma clara ou oculta, impactam nos alunos como seres sociais e na individualidade de seus corpos, pois na escola “se aprende a ouvir, a falar e a calar, se aprende a *preferir*. Todos os sentidos são treinados, [...] E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferenças” (Louro, 1997, p. 61, grifos da autora). O exercício, portanto, é de desconfiar do que é naturalizado no currículo, já que o currículo é atravessado por relações de poder, que servem para algo e para alguém.

Dessa forma, o currículo é um campo de disputa que envolve inclusão ou exclusão de grupos sociais, em que as diferenças são alimentadas ou desconstruídas, envolvendo questões como poder, conhecimento e identidade. Os instrumentos dessas batalhas são as práticas discursivas e não discursivas, e são elas que precisamos investigar. Sendo assim, concordamos que:

[...] a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas o produz, mas que ela também *fabrica* sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecermos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão. Se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subversiva; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (Louro, 1997, p. 85-86, grifos da autora).

A prática atual da história, segundo Foucault, impõe noções fundamentais “do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação; é por esse conjunto de análise dos discursos sobre o qual estou pensando que se articula [...]” (Foucault, 1996, p. 56-57). Sendo assim, uma análise de discurso do currículo que envolva questões de gênero e educação, precisa estar atenta aos jogos de poder; aos sistemas de dominação; aos fatos históricos e como eles são apresentados; as escolhas; aos silenciamentos; ao que ganha destaque e por quê; ao que foi rompido e o que isso causou; as vinculações e dependências, a quem e os porquês; as permanências e as mudanças. Não se busca por uma resposta única e acabada, não há apenas um lugar para se olhar, ou uma fonte de investigação, é uma rede formada por tramas complexas, heterogêneas e multifatoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a categoria gênero leva em consideração alguns pressupostos como a indissociabilidade de falarmos dos homens quando falamos de mulheres e a importância de assumirmos que somos diferentes. Munidas desses conhecimentos podemos e devemos romper com as relações de poder entre os gêneros, lutando por políticas que ofereçam equidade para que possamos acessar os direitos sociais, políticos, jurídicos e econômicos de que necessitamos a fim de que haja uma sociedade igualitária. Além disso, destacamos que as

responsabilidades que a sociedade jogou para as mulheres com um *status* de naturais, precisam ser desnaturalizadas e passem a ganhar o lugar de construção social - que a elas pertence.

Examinar as perspectivas de gênero nos permitiu perceber que o símbolo do que é ser mulher ou do que é ser homem percorrem o tempo, são mutáveis, constam em diferentes lugares, podem aparecer de formas diversas, e que sutilmente e indiretamente influenciam nossa visão sobre os gêneros; com os conceitos normativos vimos que os discursos presente nas doutrinas religiosas, nas instituições de ensino, na política, na justiça e na ciência interpretam os símbolos, e comumente corroboram para a manutenção nas estruturas de poder; na concepção política, institucional e de organização social, analisamos o gênero de forma ampla, abarcando questões como o mercado de trabalho, educação e sistema político, percebendo que o trabalho doméstico é vendido como se fosse uma atividade natural para as mulheres, e que a elas ainda recai a responsabilidade sobre a casa e o cuidado dos familiares. Percebemos que a maternidade é vista no capitalismo como produção de força de trabalho, e que é essencial para a manutenção desse sistema, embora continue sendo um trabalho invisível, desvalorizado e não remunerado, como todos os serviços domésticos. Identificamos também que as mulheres possuem maior dificuldade de permanência nas instituições educacionais, e que a maternidade afeta a educação e o exercício profissional remunerado desse grupo. Desigualdade salarial e atraso nas leis em amparo às mulheres também são uma realidade; e por fim, quanto à identidade subjetiva, percebemos que as identidades são construídas e reconstruídas para dar significado ao que é ser melhor e o que é ser homem, e que todos os aspectos citados anteriormente estão interrelacionados, e resultam na construção das identidades.

Finalmente, a educação tem um importante papel para a formação integral dos estudantes, incentivando questionamentos e problematizações. As questões de gênero precisam estar presentes dentro da escola. A educação sozinha não resolve as desigualdades, mas sem dúvida é uma das ferramentas mais potentes para a desconstrução de discursos dominantes. Em tempos da intitulada Reforma do Ensino Médio, na qual os filhos dos trabalhadores estão sendo privados do acesso a algumas disciplinas básicas por conta dos chamados itinerários formativos (estratégia criada a fim de formar os estudantes de forma aligeirada para que atendam às demandas do capital); em que as escolas estão enviando ao mercado mão de obra barata e precarizada (algo que não é estranho à história da educação brasileira, mas sem dúvida é um retrocesso depois de todos os avanços que já haviam sido

conquistados); abordar a importância do currículo como um instrumento de desconstrução de desigualdades de gênero é uma forma de resistência.

REFERÊNCIAS

BALISCEI, João Paulo. Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como pedagogias de gênero e sexualidade. **Revista Teias**, v. 21, Edição Especial, p. 223-244, ago. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História. **Contexto e Educação**. Editora Unijuí, ano 19, n. 71/72, jan./dez, p. 29-43, 2004.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Trilhas da história**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015.

COLLING, Ana Maria; AZEVEDO, Paula Tatiane de. Meu corpo, minha vida: cidadania, direitos humanos e mulheres. **Revista Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, RS, p. 74-88, jan./abr. 2019.

COLLING, Ana Maria; TADESCHI, Losandro Antonio org. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. O ensino de história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 295-314, jan./jun. 2015.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan W. Deconstruir igualdad-versus-diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. **Feminaria**, Buenos Aires, VII, n. 13, p. 1-9, 1994.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.

20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOBRE AS AUTORAS

Thaís Cortes Sagrilo

Possui graduação em Administração pela Faculdade Educacional da Lapa (2012). Licencianda em História pelo Centro Universitário Internacional. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari. Atualmente integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Educacional, Currículo e Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica - GECPOL.

E-mail: thaiscsagrilo@gmail.com

Letícia Ramalho Brittes

Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, Brasil.

E-mail: leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br